



## A MORDAÇA QUE SUFOCA: A IMPOSIÇÃO DO PODER LEGISLATIVO SOBRE A LIBERDADE DE ENSINAR DOS DOCENTES

Jenifer Dias<sup>1</sup>; Janaína Brum<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – jenifer.dias.silva.jd@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – janabrum.uab@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa descrever a experiência de pesquisa vinculada ao Projeto “Discurso de ódio: mídias, redes e movimentos sociais”, tendo como enfoque analítico o Projeto de Lei Escola Sem Partido. A relevância desta pesquisa reside no fato de propor-se a analisar um discurso do âmbito legislativo que implica uma mudança considerável nas condições de trabalho docente, uma vez que proíbe determinados temas, especialmente os políticos, como se não fizessem parte da vida do cidadão. Entre diversas propostas que visam, em última análise, diminuir a participação do Estado na sociedade brasileira, está o Projeto de Lei Escola sem Partido. Esse projeto, apresentado em âmbito nacional e, também, nos âmbitos estaduais e municipais, tem como escopo a proibição de alguns temas, como política, gênero e relações étnico-raciais, no sistema de ensino. Sob o argumento de que esses temas, entre outros, têm caráter “ideológico”, o texto propõe que sejam proibidas aos professores atitudes que supostamente possam “influenciar” a formação política e ideológica dos estudantes, tais como: expressar sua opinião política, retratar em sala de aula uma matriz religiosa que não esteja de acordo com a convicção moral dos pais dos alunos, informar sobre atos de mobilização social ou até mesmo permitir que os alunos o façam.

Propõe-se, neste trabalho, demonstrar, através das análises, como o PL Escola Sem Partido configura o embate entre duas posições ideológicas antagônicas, partindo dos pressupostos teóricos da Análise do discurso (AD) fundada por Michel Pêcheux. Além disso pretende-se, através das reflexões sobre o texto do projeto, demonstrar a impossibilidade da “neutralidade” do discurso, tão prezada pelos entusiastas do Escola sem Partido, afinal, os sujeitos não são senhores de si e de suas palavras, há apenas uma ilusão de que são origem do que dizem e controlam os sentidos (PÊCHEUX, 1988).

### 2. METODOLOGIA

Em Análise de Discurso (AD), não há propriamente uma metodologia prévia a ser aplicada em pesquisa. O pesquisador em AD deve construir seu aparato analítico a partir de um movimento pendular (ERNST-PEREIRA, 2009) entre a teoria e o *corpus* empírico, para, nessa interação, constituir seu *corpus* discursivo. Assim, para a realização das análises, recorremos aos procedimentos analíticos propostos pelos teóricos da Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux. A teoria nos ampara, como alicerce para que possamos refletir acerca do texto do Projeto Escola sem Partido, bem como do site do programa, que funciona como ferramenta de



divulgação e fortalecimento do projeto. Nosso *corpus* discursivo é composto por trechos da justificativa do projeto de lei, nos quais o autor, através de apelos referentes à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, tem o objetivo de persuadir o povo quanto à necessidade do projeto, bem como quanto à necessidade de silenciar o professor que promoveria em sala de aula apenas interesses ideológicos do que o projeto chama de “corrente dominante”, identificada no material de divulgação às ideias do que chamamos “esquerda”. Nesses trechos, há sempre uma falta, o autor não especifica que corrente é essa, e essa falta é preenchida pelo material de apoio do site, do qual retiramos a segunda parte de nosso *corpus*, a paródia “O BANDO”, amplamente divulgada no site do projeto. A paródia tem como base musical a canção de Chico Buarque “A BANDA”, esta que fora ferramenta da luta da esquerda contra a Ditadura Militar no Brasil na década de 1970. Dessa forma, nossas análises visam descrever os processos de produção de sentidos engendrados na justificativa do projeto, menos explícita, em sua relação com o material de divulgação do mesmo, especialmente a ressignificação da música de Chico Buarque.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Análise de Discurso, dizemos que não há discurso sem ideologia (ORLANDI, 2010). Estamos, então, lidando com saberes sobre ideologia que respondem a determinações históricas diversas. Se, por um lado, temos o conceito de ideologia ancorado na teoria althusseriana e na Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux, por outro, temos o termo “ideologia” que figura no projeto marcado como uma evidência, como algo desde sempre dado, algo que não precisa ser conceituado, já que é da ordem do que todo mundo sabe. Partindo da opacidade que a designação apresenta no Escola sem Partido, temos, no presente trabalho, o objetivo de analisar como o projeto institui-se como uma zona de embate ideológico em torno da própria designação “ideologia”. Partindo dos pressupostos teóricos da Análise do discurso (AD), recorremos, para a análise, aos três elementos operacionais que Ernst-Pereira (2009) descreve: a falta, o excesso e o estranhamento.

Dessa forma, procuramos destacar como filiações ideológicas que sustentam o Escola sem Partido manifestam-se materialmente na língua, uma vez que a falta de determinadas palavras, bem como o excesso ou o deslocamento de alguns termos são, na verdade, índices de saberes de dadas formações discursivas às quais o sujeito filia-se. A impossível “neutralidade” política, religiosa e ideológica em sala de aula – ou em qualquer outro espaço de discursividade –, almejada pelo projeto é, assim, efeito de discurso e, como tal, trabalho da ideologia. Para Althusser (1985), todo indivíduo é interpelado ideologicamente e cada aparelho ideológico, seja jurídico ou escolar, articula-se aos outros para (re)produzir as relações de produção na sociedade capitalista. Para além da reflexão e análises do projeto propriamente dito, é preciso recorrer às suas condições de produção, pois trabalham diretamente na produção das evidências e, consequentemente, nos efeitos de sentido que o projeto faz ressoar.

A exemplo de como a falta de determinadas palavras é, na verdade, índice de saberes de dadas formações discursivas às quais o sujeito filia-se, está o seguinte trecho do Projeto Escola Sem Partido(2016):



Diante dessa realidade – conhecida por experiência direta de todos os que passaram pelo sistema de ensino nos últimos 20 ou 30 anos –, entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Com base nesse fragmento, é possível perceber que o sujeito filia-se a uma dada rede de saberes na qual a ideologia é percebida como algo exterior ao sujeito e, possivelmente, concebida como algo negativo, pois deve ficar fora da escola. Percebe-se, também, a filiação do Sujeito à essa rede de saberes através da referência às práticas de ensino nos últimos trinta anos, se retomarmos as condições de produção do projeto, veremos que exatamente em 2016, ano de produção do texto analisado, o Brasil recordou trinta e um anos do término do Regime Militar, este que, dentre inúmeras proibições, previa a censura em sala de aula em relação às discussões de gênero e sexualidade. Assim, além da percepção da ideologia como algo prejudicial à educação, o sujeito deixa marcas do apelo à moral em seu discurso, essa que, no senso comum, apresenta forte ligação com o cristianismo. Dessa forma, percebemos que o discurso moral atravessa fortemente o dizer do sujeito produtor do discurso do PL Escola Sem Partido. Afetado por esse atravessamento, o sujeito acaba gerando uma falta em seu discurso, o apagamento de um fato muito significativo, relacionado à liberdade de expressão: a identificação com a ideologia/esquerda e as lutas desfavoráveis ao Regime Militar no Brasil.

#### 4. CONCLUSÕES

O trabalho, apesar de inacabado, propõe uma reflexão importante para o cenário educacional brasileiro acerca da imposição de proibições aos professores, as quais limitam suas liberdades, comprometem o estímulo ao pensamento crítico e avanços na construção da cidadania na escola. Nesse sentido, a Análise de Discurso contribui para a percepção da constituição ideológica de todo discurso, inclusive daqueles que, como o projeto de lei, baseiam-se em uma concepção de neutralidade ideológica. Através da análise empreendida, espera-se contribuir com o debate que vem sendo amplamente feito na sociedade brasileira, oferecendo um embasamento para as discussões, para que os posicionamentos favoráveis ou contrários ao projeto sejam ponderados.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ERNEST-PEREIRA, Aracy. A Falta, o Excesso e o Estranhamento na Constituição/Interpretação do Corpus Discursivo. 2009. Trabalho apresentado no IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso - SEAD, Porto Alegre, 2009. Acessado em 03 out. 2017. Online. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnestPereira.pdf>



ORLANDI, Eni. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 9 ed. Campinas, SP: Pontes, 2010

PECHÊUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1988.

MALTA, Magno. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº193, 2016. Acessado em 04 out. 2017. Online. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>